

ESCOLA PRIMÁRIA RURAL: ORGANIZAÇÃO, INVESTIMENTOS E SUJEITOS (UBERLÂNDIA-MG, 1930-1945)***RURAL PRIMARY SCHOOL: ORGANIZATION, INVESTMENTS AND SUBJECTS (UBERLÂNDIA-MG, 1930-1945)******ESCUELA PRIMARIA RURAL: ORGANIZACIÓN, INVERSIONES Y SUJETOS (UBERLANDIA-MG, 1930-1945)***

Márcia Cristina TANNÚS¹
Sandra Cristina Fagundes de LIMA²

RESUMO: No decorrer da Era Vargas (1930-1945) a educação foi um tema constante de ideólogos e autoridades constituídas nas três esferas de poder, conquanto elemento fundamental na formação dos novos cidadãos patriotas e necessários à construção de um “novo” Estado. Nesse contexto nacionalista, a educação rural foi um elemento importante, uma vez que quase a metade da população do país ainda vivia no campo. Em Uberlândia/MG os interesses políticos locais e nacionais determinaram a organização escolar no período e esse artigo discorre sobre a organização e características das escolas rurais desse município conforme as diretrizes legais e curriculares existentes à época, bem como apresenta os principais sujeitos da escola rural.

Palavras-chave: Educação rural. Era Vargas. Uberlândia.

ABSTRACT: *During the Era Vargas (1930-1945) education was a constant theme of ideologues and authorities constituted in the three spheres of power, as a fundamental element in the formation of new patriot citizens and necessary for the construction of a "new" state. In this nationalist context, rural education was an important element, since almost half of the country's population was still living in the countryside. In Uberlândia / MG local and national political interests were part of the school organization in the period and this article discusses the organization and characteristics of the rural schools of that municipality according to the legal and curricular guidelines at the time and presents the main subjects of the rural school.*

Keywords: *Rural education. Era Vargas. Uberlândia.*

RESUMEN: *En el transcurso de la Era Vargas (1930-1945) la educación fue un tema constante de ideólogos y autoridades constituidas en las tres esferas de poder, como elemento fundamental en la formación de los nuevos ciudadanos patriotas y necesarios para la construcción de un "nuevo" Estado. En ese contexto nacionalista, la educación rural, fue un elemento importante, ya que casi la mitad de la población del país aún vivía en el campo. En Uberlandia / MG los intereses políticos locales y nacionales formaron parte de la organización escolar en el período y ese artículo discurre sobre la organización y características de las escuelas rurales de ese municipio conforme a las*

¹ Mestre em Educação (UFU). Prefeitura de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4000-2233>. E-mail: marciatannus@yahoo.com.br

² Doutora em História (UNICAMP). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7191-7914>. E-mail: sandralimaufu@gmail.com

directrices legales y curriculares existentes en la época y presenta a los principales sujetos de la escuela rural.

Palabras clave: *Educación rural. Era Vargas. Organización de la escuela Uberlândia*

Introdução

Nos últimos dez anos as pesquisas sobre as escolas rurais avançaram e, gradativamente, passaram a ocupar espaço na história da educação brasileira. Embora seja relativamente desconhecida da própria população da cidade, a educação rural teve papel importantíssimo na primeira metade do século passado em Uberlândia. Na época, havia no espaço urbano dois grupos escolares enquanto a área rural do município chegou a ter 24 escolas em funcionamento regular, atendendo a um grande quantitativo de alunos.

Esse artigo também se insere nessa temática e trata especificamente da organização das escolas rurais, dos recursos financeiros que se destinavam a essa modalidade de educação bem como dos sujeitos que participaram da vida nas escolas rurais do município de Uberlândia entre 1930 e 1945. Nesse período, tanto na cidade quanto no campo, a educação e os discursos progressista e nacionalista além do aperfeiçoamento das formas de controle estiveram presentes e foram pesquisados em diversas fontes que estão disponíveis no Arquivo Público Municipal da cidade.

Para melhor compreensão, o artigo está organizado em três seções cujos títulos denominam-se: *Organização e funcionamento das escolas rurais*, *Investimentos públicos nas escolas rurais* e *Sujeitos das escolas rurais*. O conteúdo versa sobre as determinações oficiais, a legislação do período, os recursos investidos, as mobilizações dos moradores, a movimentação dos professores e das autoridades, suas táticas e estratégias, além do perfil dos alunos, que ajudaram a compor parte da história de algumas escolas rurais de Uberlândia.

Organização e funcionamento das escolas rurais

Uberlândia é um município do Estado de Minas Gerais localizado na sub região do Triângulo Mineiro. Durante a Era Vargas³, Claudemiro Ferreira, Lúcio Libâneo, Vasco Giffoni e José Antônio de Vasconcelos Costa (comumente denominado nos documentos por Vasconcelos Costa) foram os prefeitos da cidade e, dentre eles, o que mais tempo esteve no cargo foi Vasco Giffoni, cujo “mandato” estendeu-se por, aproximadamente, 9 anos e 7 meses entre 1934 e 1943. De acordo com o Censo Demográfico de Minas Gerais, no início da década de 1940 a população do município de Uberlândia perfazia 42.179 habitantes, dos quais 20.056 mil viviam na área rural. (IBGE, 1940, p. 603).

Em 1930, no início da Era Vargas, a cidade era administrada por Claudemiro Ferreira e contava com 10 escolas rurais que atendiam em torno de 410 alunos. Esse número oscilou em 1941 quando registrou-se o pico de 24 escolas e posteriormente decresceu ao atingir 20 escolas em 1945 já sob o comando de Vasconcelos Costa. Essa variação no número de escolas pode ser explicada em função de ter havido unidades que mudaram o nome e outras interromperam as atividades em função da baixa frequência. Mesmo assim, em resposta aos apelos das autoridades estaduais e nacionais e com ajuda dos munícipes, o número de escolas que existia em 1930 dobrou. As escolas rurais, de acordo com a Constituição Federal, promulgada em 1934, faziam parte de um sistema educativo nacional e ser-lhes-ia destinada uma verba específica,

Art. 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. (BRASIL, 1934, não paginado).

Fosse para “atender” o chamado dos prefeitos ou por iniciativa dos moradores que valorizavam o espaço escolar, há no Arquivo Público Municipal de Uberlândia

³ A Era Vargas é a denominação dada ao período compreendido entre 1930-1945 quando o Brasil foi governado por Getúlio Dornelles Vargas de forma provisória (até 1934), constitucional (até 1937) e ditatorial (de 1937 a 1945).

(ArPU) documentos que evidenciam a mobilização das comunidades rurais para construir ou reformar os prédios escolares a partir da década de 1930.

A Escola Tenda que existia desde 1892 é um exemplo. Segundo informou Arantes (1938), os moradores do entorno da escola atenderam ao apelo patriótico do governo e constituíram uma sociedade limitada em 19 de fevereiro de 1937. O documento a seguir atesta como se configurou essa sociedade:

Nós, habitantes do bairro 'TENDA' desse município de Uberlândia, distrito da cidade, concientes de nossos deveres de cidadãos e bons brasileiros, organizamos uma Sociedade Limitada, composta somente pelos habitantes desse bairro, para se construir a casa destinada á Escola Pública Municipal [...] Essa declaração vai assinada por todos que entrarem como sócios fundadores, dando a conhecer a importância contribuída, que pode ser em capital, material ou trabalho. Nenhum dos sócios terá direito de receber a sua parte, desde que a casa esteja sempre ocupada como escola pública, aos cuidados do Governo do Município. As crianças em idade escolar, podem freqüentar á escola mesmo que seus pais não façam parte da sociedade fundadora. Esse patrimônio, entregamos a bem da educação e instrução dos filhos das famílias que habitam nessa fazenda tradicional [...] pedimos ao Governo do Município dar a escola a denominação 'Felixberto Carrijo', em homenagem a esse venerando cidadão, tronco da numerosa família Carrijo a mais antiga desse lugar. Fizemos essa Declaração, esperando que o m. d. e ilustre governador do Município com a Câmara Municipal, constituída pelos seus d. d. membros, saibam compreender as finalidades desse nosso gesto de civismo. Fazenda da Tenda, 19 de fevereiro de 1937. (DECLARAÇÃO, 1937, não paginado).

Os sócios fundadores se organizaram para construir a casa da escola, estabeleceram o tipo de contribuições que poderiam ser feitas em dinheiro, materiais ou trabalho e solicitaram que à escola fosse dado o nome de Felixberto Carrijo em homenagem ao patriarca da família mais antiga do lugar. Também foram os moradores que indicaram como seriam ocupadas as vagas da escola a ser construída. Ao entregarem o prédio à Prefeitura reforçaram o gesto de civismo: "as crianças em idade escolar podem frequentar a escola, mesmo que seus pais não façam parte da sociedade fundadora." (DECLARAÇÃO, 1937, não paginado).

Para os moradores da Escola Tenda interessava que suas crianças estivessem na escola, sem preocupações com a distância legal em quilômetros estabelecida pelas

autoridades conforme o artigo 6 do Regulamento Municipal⁴, aprovado quando o município ainda era denominado Uberabinha⁵.

Art. 6. O perímetro escolar terá um raio de tres quilômetros, sendo obrigatoria a frequência para todas as creanças que residirem dentro desses limites, sendo lançados em 50\$000 a titulo de indemnização escolar annualmente, os paes que recusarem a obrigatoriedade escolar de seus filhos. (UBERABINHA, 1923, p. 10-11).

A instalação da nova Escola Tenda, informada como “propriedade” do município, estava condicionada pelos moradores que não reivindicariam sua cota na propriedade “desde que a casa esteja [sic] sempre ocupada pela escola pública.” (DECLARAÇÃO, 1937, não paginado). Essa especificidade não aparece na estatística.

Assim como a Escola Tenda, houve casas cedidas pelos fazendeiros, reformadas ou erguidas pelas comunidades rurais no município desde o início do século, o que demonstra que parte da população da época se esforçava em responder aos apelos cívicos das autoridades e entendia a “educação” representada pela escola local como um indicativo importante de “progresso”.

Em Uberlândia, no ano de 1937, das quinze escolas que funcionaram na área rural, oito prédios eram considerados parte do patrimônio municipal, embora funcionassem em fazendas.

A situação da Escola da Tenda, cuja propriedade é informada pela Prefeitura, bem como a condição do prédio escolar no distrito de Martinópolis é dúbia uma vez que a Prefeitura indica ambos como prédios próprios. Entretanto, uma carta do fazendeiro Antonio Basílio encontrada entre os registros da inspeção escolar a apontava como propriedade particular e solicitava à Prefeitura a retirada dos móveis e utensílios com a alegação de ter interesse de mantê-la, assim como de custear as despesas com o professor, por conta própria. Tal fato decorria do descontentamento do fazendeiro com a transferência do aludido professor, ordenada pela inspeção. (CARTA, 1936). Contudo não encontramos registros escolares específicos dessa escola, nem antes e nem após essa data, o que nos impede de afirmar se teria entrado em funcionamento.

⁴ Desde 1923 estava em vigor na cidade, como Lei 278, o Regulamento Municipal de Ensino, composto por 49 artigos que versavam sobre a rotina e o currículo a ser desenvolvido nas escolas rurais, entre outros aspectos.

⁵ Foi pela Lei nº 1.128 de 19/10/1929, sancionada pelo então presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que o município, cidade e comarca de São Pedro de Uberabinha, passou a denominar-se Uberlândia, com uma área de 4.031 km². (TEIXEIRA, 1970).

Essas situações condizem com o Anuário Estatístico publicado em 1940 a respeito da propriedade dos prédios brasileiros nos quais funcionavam as escolas primárias em 1937: havia 3.800 prédios públicos, 10.852 cedidos gratuitamente e 14.308 arrendados. (IBGE, 1940).

Para Faria Filho e Vidal (2000), naquela década já havia defensores da arquitetura funcional das escolas, como o arquiteto e professor paulista José Maria das Neves, mas nada disso chegava ao campo. Em Uberlândia, entendido como “lôcus da carência”, a maioria das escolas rurais do município permaneceu em cômodo único, funcionando no modelo semelhante ao que Brandão (1984) e Faria Filho e Vidal (2000) descrevem como casa de escola no Estado de Minas Gerais.

Além dos prédios de algumas escolas, os móveis e utensílios também pertenciam ao patrimônio municipal, embora não tenha sido encontrada a discriminação da quantidade, tipo de utensílios ou menções específicas a material didático como, por exemplo, cartilhas. Apenas a falta deles ficou registrada, como, por exemplo, no termo de visita à Escola Municipal Rural Paraíso, “A escola está bem instalada, faltando um quadro negro e uma talha que virão no mês seguinte” (UBERLÂNDIA, 1941, p. 09).

Consideramos que as movimentações das comunidades escolares ao tentar resolver os problemas à sua maneira em relação à frequência ou quanto à estrutura das escolas seriam “táticas” para burlar as estratégias sugeridas e/ou impostas pelo governo no campo da educação. Mesmo que tais conceitos (táticas e estratégias) tenham se originado na questão militar, pode-se considerar que as estratégias em geral partem dos que dominam uma determinada situação e agem para manter o poder conquistado e as táticas circunscrevem-se aos que, pertencendo à esfera do “não poder”, se apropriam e redesenham o que lhes foi ordenado. Encontra-se em Certeau a definição precisa de “estratégia”,

[...] chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). [...] gesto da modernidade científica, política ou militar. (CERTÉAU, 2003, p. 99).

Moradores também foram convocados pelas autoridades para recuperar prédios escolares prestes a desabar, como ocorria na Escola de Machados que pertencia à comunidade. A situação crítica em 1941 mostrou o quanto as relações entre a esfera pública e privada eram difíceis de separar. No registro do inspetor, datado de 26 de março, aparece a constatação,

Devido ao péssimo estado de conservação da antiga casa de taboa onde funciona a escola estando o mesmo prestes a desabar uma parede corroída pelos cupins, condeno-a nesta data, levando ao conhecimento do ex-mo Sr. Prefeito municipal. Pertencendo a referida casa a uma sociedade anônima “Amigos da Instrução” daquele bairro convoquei uma reunião entre os seus associados para providenciarem a construção da nova casa, podendo vender parte do material prestável – como táboas, janelas, portas e esteios, revertendo o capital líquido na aquisição de novo material e mão de obra, podendo se utilizar da telha que é de ótima fabricação. (UBERLÂNDIA, 1941, p. 30).

Embora no livro de atas, que registrou a vida escolar na Escola Municipal Rural de Machado e também na Escola Municipal Rural Alagoas⁶ entre 1930 e 1959, a precariedade fosse informada desde 1939, quando a escola estava sob a regência da professora Maria Lopes de Paula e a situação dessa mesma escola já houvesse sido citada anteriormente pelo professor Sebastião Branquinho em 1935, as providências oficiais só vieram em 1941, já sob a regência do professor Avelino Jorge do Nascimento, o que indica que durante 6 anos a escola funcionou em péssimas condições mesmo tendo sido visitada diversas vezes pelo inspetor.

Na ata de “condenação do prédio” aparece somente o dia e mês da visita e no corpo da ata o próprio inspetor determina a quem pertence o prédio, no caso, “uma sociedade anônima dos Amigos da Instrução daquele bairro”. Deduzimos que o ano é 1941 pelas atas anteriores e posteriores, ambas do mesmo ano. (UBERLÂNDIA, Livro 94, 1930-1959).

Outra questão interessante é que o prédio, informado como propriedade particular, não necessitaria que o inspetor permitisse dispor do “material prestável”, mas foi exatamente o que o inspetor fez, determinando que “o capital líquido” obtido pela venda fosse utilizado em “novo material e mão de obra”, reaproveitando as telhas “de ótima fabricação”.

⁶ A partir de 1943 nas denominações das escolas municipais da cidade foram acrescentados dos nomes de estados da federação. Encontramos nos livros de atas referências a: Piauí/Paraíso; Machado/Alagoas; Pará/Dourados; Samambaia/Paraíba; Olhos d’água/Rio de Janeiro; e Fernando de Noronha. Há também duas fotografias onde a fachada do prédio informa São Paulo/Goiás.

Poder-se-ia pensar que o inspetor, na ocasião, atuou como um “conselheiro”, uma vez que era uma autoridade querida e respeitada, conforme Lima (2004a), e por isso a sua atitude não teria sido contestada pelos moradores/proprietários.

Na sequência da ata, o inspetor, preocupado com a ausência das aulas, propôs uma alternativa:

Para evitar prejuízo por parte dos alunos, e do professor que ficaria suspenso das suas funções até que se reabrisse a escola ordenei ao mesmo que se utilizasse de uma sala da casa vizinha onde podia ser lecionado parte dos alunos, de preferencia a classe do 1º ano. (UBERLÂNDIA, 1941, p. 30).

Ao demonstrar tal preocupação a inspeção sensibilizou os moradores de Machados, mas deixou claro que cumpria à risca sua função, expressa nos verbos “convoquei” os associados a providenciarem a construção de nova casa e “ordenei” ao professor que utilizasse a sala da casa vizinha.

A escola continuou em funcionamento improvisado com a “classe do 1º ano” e deduzimos que poderia ser uma estratégia manter os alunos menores e ao mesmo tempo liberar os alunos maiores para a lida rural como forma de atender às necessidades dos pais.

A nosso ver a prosperidade da região e os apelos patrióticos da inspeção explicam a entrega da escola reformada no tempo recorde de três meses pelos membros da sociedade anônima “Amigos da Instrução”.

Para tentar compreender a questão da estrutura dessa escola no município de Uberlândia, após perscrutar livros de atas do ArPU relativos à Escola da Fazenda dos Machados, selecionamos para análise, duas imagens identificadas por etiquetas na Coleção Professor Jerônimo Arantes (CPJA).⁷

⁷ Tal coleção, adquirida pelo município e depositada no Arquivo Público, é composta por 1.269 fotografias das quais 577 retratam: situações, personagens e ambientes escolares.

Figura 1 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural de Machados [19--].



Fonte: CPJA. ArPU.

Na Figura 1, o chão de terra batida deixa à mostra que há um vão entre o piso da escola e o chão, ou seja, é uma construção elevada sustentada por vigas de madeira. A viga que aparece do lado direito tem vários buracos e há algumas telhas caídas. No ângulo dessa foto, a janela da lateral direita está fechada e todos os personagens estão, supostamente, à frente da escola. Essa é uma construção inteira de tábuas lisas com varanda do lado direito ostentando a bandeira brasileira ao centro da parede lateral. Esse é o cenário para destacar um rapaz, provavelmente o professor, sentado em primeiro plano, ladeado por aproximadamente 28 alunos ao seu lado direito (alguns uniformizados e calçados) e 24 alunas do lado esquerdo, de diferentes estaturas, além de moradores ao fundo, do lado de dentro e na varanda.

Além do inspetor havia outros adultos vestidos de maneira formal, o que indica que as visitas realizadas com a finalidade de avaliar os alunos também acabavam por se tornar importantes momentos políticos, uma vez que a comunidade participava como convidada e moradores considerados “ilustres” compunham as bancas de avaliação, o que explica a presença de tais adultos emoldurando parte significativa das fotografias.

As dimensões dessa escola não parecem suficientes para acomodar tantas pessoas, especialmente 52 crianças na mesma sala de aula. Consideramos que a fotografia registra o momento específico dos exames, talvez uma das únicas reuniões entre alunos, autoridades e comunidade durante o ano escolar, o que, segundo Lima (2004a), constituía ocasião simultaneamente comemorativa e política. Próximo aos

alunos e à comunidade que perfaz aproximadamente 85 pessoas está a bandeira brasileira, símbolo importante, mesmo na penúria. De fato, desde o início da República, em 1889 a bandeira, o hino e o culto a personagens da história nacional ocupavam posição destacada entre os símbolos que reforçavam a identidade do brasileiro. De acordo com Monarcha (1997, p. 283),

[...] sob a proteção e inspiração da República – alegorizada na figura feminina –, essas almas em formação através do estudo e da introspecção são envolvidas pelos símbolos nacionais – a bandeira, o hino nacional –, pelo culto dos heróis emergentes – Tiradentes, Silva Jardim - [...].

Ao que parece a utilização desse símbolo nacional era prática comum no período inclusive por ocasiões de exames nas escolas rurais. No primeiro exemplar do jornal Escola Rural, que circulou em 1934, também ficaram registradas homenagens à bandeira em dois auditórios apresentados por alunos, além de menção ao hino à bandeira. (ESCOLA, 1934, não paginado).

A Figura 2, também da Escola de Machados, reproduzida a seguir, apresenta outra arquitetura, provavelmente edificada após a reforma de 1941.

Figura 2 - Alunos e professor da Escola Municipal Rural de Machados [19--].



Fonte: CPJA. ArPU.

Ao fundo a parede da escola surge em alvenaria com o lado inferior direito sem parte do reboco. Todos os alunos estão uniformizados, sendo dez meninos à direita e

oito meninas à esquerda, todos calçados, em frente à porta da escola onde se encontram dois adultos e um bebê, que imaginamos ser a família do professor.

Os uniformes da escola, impecáveis, não são iguais aos da imagem anterior, o que pode indicar que os professores escolhiam cores e modelos. Além dos uniformes, ao se comparar essa fotografia com a Figura 1, percebe-se que alguns elementos se modificaram nitidamente, tais como: a diminuição na quantidade de crianças; a ausência de outros moradores e o fato de todas as crianças estarem com uniforme completo.

A observação e comparação das fotografias 1 e 2 permitem perceber mudanças na estrutura física dos prédios da Escola Municipal de Machados, do seu corpo docente e discente e na organização dos alunos quanto à disposição espacial; além do quantitativo e do aspecto material dos uniformes. Os registros de ata possibilitam inferir que a Figura 1 é anterior a 1941, quando a escola de Machados ainda era de tábuas e a Figura 2, já com paredes de alvenaria contendo parte do reboco caído, é posterior à reforma de 1941.

Pelas informações de Arantes (1938), na fazenda onde se localizava essa escola viviam quinhentas “almas” entre proprietários e agregados. Era limitada pelo Distrito de Martinópolis (ao nascente); pela Fazenda Rio das Pedras (ao poente); ao norte com o Rio Uberabinha que a separava da Mata dos Dias e ao sul com a Fazenda Capim Branco. A área era banhada por córregos e rio onde a agricultura era atividade principal e próximo a esse local houve outras 5 escolas na época.

O corpo docente modificou-se nas duas imagens: os adultos que deduzimos serem professores não são os mesmos. Apesar da precariedade da escola de tábuas da Figura 1, a quantidade de alunos nessa primeira fotografia era maior que na Figura 2, o que evidencia que a melhoria das instalações da escola não resultou em aumento na quantidade de crianças.

A organização das crianças nas fotografias indica alunos e alunas de estatura diferente, sendo que estavam os menores à frente e maiores ao fundo, o que poderia configurar que em Machados também funcionava classe multisseriada, como no restante das escolas rurais do município. Segundo Azevedo e Gomes (1984), em todo o Estado de Minas Gerais existiram salas multisseriadas ou unidocentes, nas quais uma única professora ou professor atendia em condições precárias a alunos de primeira, segunda e terceira séries no mesmo espaço. Em Uberlândia não foi diferente e em 1941 o Termo de Visita lavrado pela inspeção sobre a rotina escolar de Machados informou o funcionamento de um turno, com 53 alunos de ambos os sexos, matriculados com média

de frequência de 48 crianças de 11h00 às 15h00 horas com intervalo para o recreio de 20 minutos. (UBERLÂNDIA, 1941, p. 31).

A escola Machados, inaugurada com ajuda da comunidade em 1941, foi descrita com apenas um cômodo, “uma sala ampla e arejada”. Atendia crianças dos três anos do curso primário no mesmo turno e não obedecia a um padrão arquitetônico, como os que existiam nos dois grupos escolares urbanos do município, com projetos semelhantes, maiores e suntuosos.

Quanto ao corpo docente dessa escola, de acordo com os dados pesquisados em Arantes (1938), a Escola Rural de Machados teve como professor em 1935 o senhor Benoni Borges, a quem foram atribuídas acusações de “ateísmo”⁸ (UBERLÂNDIA, 1935), em 1936 o professor Sebastião Branquinho, em 1937 Antônio Marques e Carlos Brandão; em 1938 foi professora e diretora Maria Lopes de Paula e a partir de 1941 o professor Avelino Jorge do Nascimento.

Com essas informações, deduz-se que, no intervalo de 1935-1938, houve cinco professores em Machados e a última professora antes da reforma, apesar de acumular duas funções, não teve melhoria na remuneração. De acordo com o livro-caixa de 1938 ela continuou recebendo o mesmo salário, o que nos levou a pensar se essa promoção da professora à diretora seria apenas uma estratégia da inspeção escolar para mantê-la na escola precária com outro status.

A Escola de Machados é exemplo de rotatividade dos professores, mas não é o único uma vez que a mobilidade dos professores e professoras das escolas rurais era tratada como rotina de organização escolar pela inspeção, imbuída das suas responsabilidades. Correspondência enviada pela inspeção ao prefeito em janeiro de 1935 trazia determinações que deveriam vigorar no ano letivo, incluía exonerações, transferências e nomeações de professores,

Transferir: Sebastião Branquinho de Andrade, da escola dos ‘Machados’ para a de ‘Buriti’; Benoni Borges da escola de ‘São Francisco’ para a de ‘Machados’; Claudemiro Terra, da escola de ‘Buriti’ para a escola de ‘Sobradinho’ (que deve ser criada em substituição a de ‘Paraíso’.) Maria Elisa Carrijo, da escola de ‘Tenda’ para a de ‘Pontal’, regendo as duas cadeiras, Anita Artiaga Romeiro da escola de ‘Pontal’ para a de ‘Rocinha’. (INSPETORIA, 1935, não paginado).

⁸ Atas das escolas Paraíso, Machados e Dourados mencionam a realização de “orações” por ocasião de exames. Tal prática ainda ocorre no município de Uberlândia nas escolas de educação infantil e de ensino fundamental I.

Pode-se supor que tal rotatividade era produto de questões políticas, educacionais e particulares. Nem sempre as mudanças propostas recebiam o aval do prefeito, conforme se verifica na resposta dada no corpo do próprio documento de forma manuscrita ao inspetor: “Sr Inspetor: Autorizo lavrar estes actos, menos supressão da Escola “Paraíso” até 2ª ordem. 26/01/35. Vasco Giffoni. Prefeito.” (INSPETORIA, 1935, não paginado).

Quanto à rotatividade, o professor Sebastião Branquinho de Andrade indicou que os professores conversavam entre si acerca das condições precárias de trabalho (CARTA, 1935) e pela movimentação do próprio professor foi possível deduzir que ele usou seus conhecimentos para trabalhar nas escolas que considerava em “melhores” condições. Ele foi um dos que mais se movimentaram nesse período, tendo sido identificado em fotografias de pelo menos nove escolas. Após 1940, permaneceu na Escola Divisa, recém-inaugurada. Interpretamos a atitude do professor Branquinho como uma tática, compreendida aqui conforme Certeau (2003, p. 100), para quem a tática é a

[...] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Tem de utilizar, vigilante as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali, surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 2003, p. 100).

A opção de manter-se alinhado à inspeção escolar sem questionar as determinações da prefeitura fez com que o professor Branquinho fosse bem-sucedido na sua tática, mas ele não foi o único. Além dele, os professores e professoras desenvolveram outras táticas para manter os empregos ano após ano, tais como: homenagear diversas autoridades, presentear o prefeito em novembro de 1935 com uma cigarreira de ouro, escrever cartas e elogios e submeter-se às regras escolares.

As dificuldades nas escolas rurais não se restringiam à precariedade de instalações ou à condição salarial que, por vezes, fez com que muitas escolas não tivessem professor. Segundo Lima, havia outros problemas enfrentados, uma vez que,

Até a primeira metade do século, era alarmante a situação das escolas funcionado com o trabalho de professores semi-alfabetizados,

sobretudo no que dizia respeito ao ensino rural, em que era grande a dificuldade em selecionar, em seu meio, profissionais formados, tanto em razão da baixa qualificação dos seus habitantes quanto em função dos obstáculos existentes ao acesso às fazendas onde se localizavam as escolas tais como: precariedade nos meios de transporte e insalubridade das residências e/ou alojamentos. Somava-se a todo esse despreparo, a ausência de condições mínimas que pudessem facilitar-lhes a execução das tarefas, assim como o descaso com que eram tratados esses profissionais pelo poder público: baixos salários, alojamentos insalubres e instabilidade no emprego. (LIMA, 2006, p. 3).

O conjunto de fotografias da CPJA deixa claro que não existia um “modelo arquitetônico” de escola rural em Uberlândia. A única característica comum é que geralmente ocupavam um cômodo e algumas eram identificadas mais facilmente por detalhes na fachada. Aparentemente, a área desses cômodos variava de escola para escola e havia cômodos maiores e menores. Contudo, o que predominava era improvisação do lugar e a indistinção entre a casa, como domínio privado, e o prédio da escola enquanto esfera pública. Segundo Viñao Frago (2000), o espaço escolar também informa intenções e projetos e, assim, de tal particularidade verificada na arquitetura das escolas rurais em Uberlândia infere-se os insuficientes recursos públicos que lhes eram destinados e, por conseguinte, evidencia-se a pouca relevância de que gozavam naquele período.

Com efeito, ao perscrutar a coleção de fotografias foi possível aferir que houve algumas escolas que funcionaram em prédios com paredes de alvenaria novas; prédios com paredes de alvenaria parcialmente destruídas; escolas com paredes em tábuas de madeira; além de outras instaladas precariamente em ranchos ou barracões cobertos por sapê⁹ ou folhas de coqueiro, com paredes de barro ou bambu, exatamente como um jornalista havia apontado anos antes (A PENA, 1934, não paginado).

Investimentos públicos nas escolas rurais

Quanto aos recursos destinados pelo município para a manutenção das escolas, encontramos livros caixa e relatórios contábeis praticamente completos, preservados pelo setor fiscal da Prefeitura e depositados no Arquivo Público, que forneceram informações relevantes, conforme a Tabela 1.

⁹ A denominação sapê ou sapé é atribuída em Minas Gerais a um tipo de gramínea seca que é usada como cobertura em construções rústicas.

Tabela 1 - Investimentos do município de Uberlândia no ensino (1930-1937).

Ano	Escolas rurais	Verba ensino	Orçamento total	%
1930	10	45:000\$000*	-	-
1931	7	29:638\$400	606:376\$800	4,88%
1932	6	50:000\$000**	603:327\$400	8,28%
1933	6	-	750:995\$200	-
1934	7	-	679:591\$900	-
1935	20	51:300\$000	832:696\$000	6,1%
1936	17	49:428\$500	932:433\$100	5,3%
1937	15	60:321\$000	1.341:788\$100	4,49%

Fonte: Relatórios da Inspeção Escolar e da Contabilidade. ArPU.

*Crédito Especial solicitado pela Inspeção Escolar.

** Crédito Especial concedido pelo Decreto 10547 de 07.10.1932.

Lopes (2003) indica que a partir de 1934, no Estado de Minas Gerais, o Decreto 11.297 estabeleceu um valor de 10% de investimentos no ensino rural pelos municípios. Todavia, de acordo com os dados apresentados na Tabela 1, no período de 1930 a 1937 tal percentual não foi cumprido em Uberlândia, cujos investimentos em educação sempre foram menores que o determinado por lei. O total investido somente aproximou-se de 10% antes dessa data, em 1932, ano em que um "crédito especial" foi solicitado pela inspeção escolar.

Mesmo com o aumento de 50%, em média, no número de escolas no período de 1930 a 1937, os dados obtidos, embora descontínuos e nos anos 1933 e 1934 sem informações precisas, permitiram apreender que a porcentagem de recursos investidos no ensino nunca alcançou o valor previsto em lei. Embora o número de escolas tenha duplicado, a verba destinada à educação não teve a mesma evolução, mas o discurso de "preocupação" com a educação era cada vez mais fortalecido.

Embora quase nada fosse divulgado publicamente pelas autoridades, principalmente após 1939 com a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e da censura, as prestações de conta e dados estatísticos que incluíam as informações escolares continuaram a ser produzidos. Nos primeiros anos de vigência plena do Estado Novo, entre 1938 e 1940 o setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia registrava nominal e detalhadamente nos livros os gastos e

investimentos com a educação. Porém, a partir de 1941 tal setor passou a “diluir” e resumir a condição de professor em poucas linhas. No ArPU foi possível descobrir que a produção desses dados contábeis no município já era feita com regularidade desde a década de 1910 e ajudava a compor os dados do anuário estatístico brasileiro.

De acordo com o Relatório da Repartição de Contabilidade de 1937, o prefeito Vasco Giffoni deixou claro o esforço de sua gestão, especialmente na área econômica, provavelmente uma resposta ao Decreto Federal nº 20.348, de 29 de Agosto de 1931, que instituiu conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelecia normas sobre a administração local. A Nota I do Relatório justifica e informa que “sem sacrifícios dos serviços públicos” ele havia conseguido grande economia e recuperação do erário em um espaço de três anos, entre 1934 e 1937,

[...] Em 16 de abril de 1934, quando tomei posse das funções de prefeito a dívida fundada do município era de 1:260:454\$000 de empréstimos contrahidos com o Estado, [...] como se vê, agi desde principio no sentido de equilibrar as finanças sem sacrificio dos serviços publicos, procurando simultaneamente aumentar a arrecadação [...] A diferença que se observa entre a receita desse anno (1934) que foi, como disse 762:524\$069, incluída a parte extraordinaria, e a do ultimo exercicio encerrado (1937), que foi de 1:158:017\$600, [...] Entre as duas parcelas nota-se a diferença de 395:493\$531, o que representa positivamente uma cifra fabulosa para o espaço de três annos apenas. (RELATÓRIO, 1937, p. III).

De acordo com os dados do Relatório do Executivo de 1937, durante a gestão de Vasco Giffoni, eram de responsabilidade do Serviço de Educação Pública do Município de Uberlândia quinze escolas rurais, duas urbanas, subsídios para alguns colégios e professores particulares na sede e despesas para materiais e serviços. Não foi encontrada a natureza desses serviços ou o tipo de material. Os relatórios de outros meses e anos subsequentes também indicam que foram mantidas as verbas subsidiadas e que eram frequentes a solicitação de verbas complementares para honrar outras despesas, como viagens, deslocamentos a serviço e até pagamento de professor de Educação Física.

Apesar dos poucos recursos e das adversidades, professores, inspetores e estudantes contribuíram para reforçar as representações desejadas pelas autoridades, de esforços patrióticos para “conquistar o saber” na escola rural.

Sujeitos das escolas rurais

Inspetores e fiscais

No decorrer de toda a Era Vargas as autoridades municipais organizaram e controlaram a rotina das escolas. Em 1930 o principal posto da hierarquia escolar era ocupado pelo inspetor, cujas atribuições, determinadas pela Lei 278/1923, incluíam: visitas aos estabelecimentos, emissão de atestados e requerimentos, proposição de criação de escolas, nomeações e demissões de professores, além de aplicação de exames.

Entre 1930 e 1942 o cargo foi ocupado por três professores, Carlos Brandão (1929 a 1933), Francisco Afonso da Silva (Inspetor Escolar Interino em 1931) e Jerônimo Arantes (1933 a 1946) que assumiu a chefia do Serviço de Saúde e Educação até sua aposentadoria.

O inspetor escolar Jerônimo Arantes é certamente o personagem mais fácil de identificar: fotografado entre alunos e professores em cerca de 120 fotografias, ele construiu uma sólida reputação entre os educadores da cidade ao longo de quase quarenta anos na docência, inspeção e chefia do Serviço Municipal de Educação e Saúde. Reconhecido pela sociedade uberlandense como um entusiasta da educação, era poeta, autor de peças de teatro infantil e editor do Jornal Rural e da Revista Uberlândia Ilustrada. (LIMA, 2004). Em várias atas esse inspetor elogiava os esforços dos professores e exercia com rigor as tarefas do ofício inclusive em sábados e feriados, como o Termo de Visita da Escola Municipal Rural Paraíso em 26 de fevereiro de 1938 registrou. (UBERLÂNDIA, 1938). A partir de 1943 os registros de atas apontaram que ele foi auxiliado por nove fiscais que atuaram até 1945, o que pode indicar uma nova estratégia da inspeção escolar em formar uma equipe maior de fiscais para melhor controle da rotina escolar.

Entre os fiscais, Arlindo Francisco de Mello, que atuou no ano de 1943 nas Escolas Rurais de Machado e Paraíso, deixou registros detalhados da vida escolar e passou a observar aspectos de salubridade, higiene e asseio não só nas instalações das escolas, mas também entre os alunos. Em Uberlândia, as práticas higienistas como essas

implementadas pelo inspetor Arlindo foram frequentes nesse período, conforme a investigação de Sousa (2010).

A propósito, a adequação das escolas rurais a esse discurso higienista também colaborou na construção das representações progressistas da educação rural do período. Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 44), especificamente dentro do período conhecido como Estado Novo, símbolos, mitos e rituais foram fundamentais para esse propósito.

Outro fator importante são as lacunas na escrituração de escolas que não receberam a visita da inspeção, bem como a inexistência de tal material no ArPU, o que não desconsidera os poucos registros que foram preservados, apesar da precariedade. É sempre bom recordar que o DIP atuava com firmeza nesse momento ditatorial, mas não encontramos no ArPU dados que indiquem sua interferência direta no aspecto da educação rural em âmbito local.

Mesmo assim, entre o material preservado pela inspeção há impressos e livros com marcas de uso do inspetor, alguns publicados pelo Departamento Nacional de Propaganda a partir de 1936, textos de Azevedo Amaral, Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, o que leva a crer que ele lia e se preocupava em cumprir as determinações que eram enviadas por superiores.

Alunos e alunas

A população rural do município de Uberlândia no início da década de 1940 era atendida em escolas que ofertavam o curso primário em três anos. Em algumas escolas, funcionavam duas “cadeiras” no turno matutino e vespertino em razão da quantidade de crianças em idade escolar, como na Escola Municipal Pontal e na Escola Cruzeiro dos Peixotos.

Se as determinações estaduais e o Regulamento Escolar de 1923 fossem rigorosamente seguidos, várias escolas não teriam funcionado no município, pois o número de alunos oscilava devido à significativa taxa de desistências em razão de mudanças, provavelmente pelo fim das colheitas. Contudo, o regulamento não foi estritamente observado, uma vez que, de acordo com os livros de matrícula¹⁰ e atas, as

¹⁰ Os livros de matrícula escolar encontrados no ArPU também funcionavam como registro de frequência. Eram encadernados com capa dura, com termo de abertura e traziam uma parte inicial de instruções de

escolas funcionaram com turmas que possuíam entre 8 e 55 crianças (onde havia duas “cadeiras”). O total de pessoas chega a 96 em fotografias de algumas escolas, quando se contabilizam alunos, adultos e convidados.

Além da quantidade de crianças que aparece nas fotografias, outros elementos são identificados frequentemente, tais como: a minoria de crianças negras, o esforço para se apresentar uniformizado, a seriedade e a presença de poucos materiais escolares.

Ressalta-se que a partir de 1930 a chegada de imigrantes na cidade de Uberlândia foi percebida nas escolas rurais. A Escola Municipal Rural Paranan, criada em 13 de maio de 1939 em resposta à Cruzada Nacional da Educação¹¹ registrou no livro de matrículas de 1941 a presença de imigrantes italianos das famílias Pagoto, Bernadeli, Monte e Knychala (LIVRO, 1941).

De acordo com anotações da professora Graciema Rios em quatro páginas destinadas aos pais ou responsáveis pelas matrículas de sessenta crianças naquele ano, havia lavouristas, lavradores e fazendeiros brasileiros e italianos, dos quais quarenta declararam ser alfabetizados. Em 1941, pelos registros de Paranan, havia famílias com mais de duas crianças matriculadas. As fontes pesquisadas indicaram que o total das crianças matriculadas em Paranan era de 33 alunos e 27 alunas com idades variadas, entre 7 a 14 anos, dentre os quais alguns descendentes de italianos, em mais uma sala multisseriada composta por 39 crianças no primeiro ano, 11 crianças no segundo ano e 10 no terceiro ano (LIVRO, 1941). Além de italianos, também há registros de imigração sírio-libanesa para a cidade em início do século XX, segundo Amorim (2014) e japonesa a partir de 1920, conforme os estudos de Silva (2012).

Em busca de mais informações sobre os alunos que frequentaram as escolas rurais Paraíso, Salinas e Caetanos até 1943, encontramos nos livros de matrícula e em atas registros de crianças com nomes orientais. Além disso, há doze fotografias nas quais se observa a presença de crianças com traços fisionômicos orientais compatíveis com aqueles dos japoneses. Depois dessa data as crianças com sobrenomes japoneses raramente apareceram nos documentos e nossas suposições são de que tenham completado a última série ofertada ou tenham se mudado em decorrência da Segunda Guerra (1939 - 1945) em curso.

preenchimento, uma segunda parte de registro de dados dos alunos e responsáveis e uma terceira parte com folhas de registro mensal de frequência.

¹¹ A Cruzada Nacional da Educação, proposta pelo Decreto nº 21.731 de 15 ago. 1932, pretendia combater o analfabetismo, considerando-o um entrave ao desenvolvimento do país.

Os livros de matrícula das escolas Paranan e Pombo informaram o perfil das turmas, com alunos de idades entre 7 e 14 anos, a situação de analfabetismo de muitos pais e a eliminação de alunos devido a mudanças. Também chamou a atenção a diferença entre os livros de matrícula de Paranan e Pombo no início dos anos 1940. O livro de Paranan, preenchido pela professora Graciema Rios em 1941, solicitava informações sobre os pais, tais como: profissão, residência, grau de instrução e nacionalidade, além do nome, idade e sexo das sessenta crianças, se já sabiam ler e escrever; se já haviam repetido o ano e se possuíam registro civil.

Já o livro da Escola Pombo da Fazenda do Pó, também impresso, foi preenchido pela professora Adelaide Marques em 1941 e traz na capa a identificação “Estado de Minas Gerais Secretaria da Educação” e linhas para preencher o nome da escola, da professora, localização, distrito e município e todos os demais dados das crianças matriculadas inclusive raça ou cor da pele.

Percebe-se pelos dois livros que o serviço de inspeção, através da escrituração, procurava ter mais controle sobre o ensino ao utilizar a estatística para obter dados não só das crianças, mas dos pais e famílias, tornando-se cada vez mais detalhista como a instrução de número 18 recomendava “[...] para que possa haver um controle mais perfeito no movimento de frequência [...]” (LIVRO, 1941, não paginado). Vestígios da questão disciplinar também foram encontrados em escolas rurais, pois em Paraíso, segundo a inspeção: “[...] havendo um aluno indisciplinado e com péssima frequência atendi o pedido da professora fazendo a eliminação do referido aluno em virtude das provas de seu mau procedimento” (UBERLÂNDIA, 1940, p. 8). Isso nos levou a pensar que nem tudo era tão “harmônico” como as autoridades pretendiam demonstrar.

Professores e professoras

No que diz respeito aos professores e professoras, em Uberlândia a docência rural nesse período era exercida predominantemente por professoras leigas, que possuíam em geral a quarta série primária. De acordo com Vianna (2001), desde o início do século XX, o caráter feminino do magistério primário se intensificou e no final da década de 20 e início dos anos 30, a maioria já era essencialmente feminina. Segundo o censo de 1940, cujos dados referem-se ao triênio 1935/1937, em Minas Gerais havia 2.427 homens dedicando-se à docência municipal e 13.048 mulheres no ano de 1937 (IBGE, 1940).

A professora Dasy de Oliveira, que atuou na escola da Rocinha e Sucupira entre 1938 e 1939, era exceção, pois já havia completado o primeiro ano do ensino normal, conforme entrevista concedida a Ribeiro (2009). Na entrevista, a professora Dasy informou à pesquisadora que recebia cerca de 130 mil réis por mês, salário que “mesmo na época não valia nada”; que pagava 60 réis de aluguel ao tio e com os 70 réis restantes do salário comprava ou um par de sapatos ou um vestido, ou seja, o salário mal dava para despesas simples, não dava para comprar as duas peças de vestuário¹².

Não havia critérios rígidos para que os docentes assumissem a regência das turmas. Segundo Assis (2018), a maioria das professoras era indicada por pessoas influentes da cidade ou por fazendeiros. Ao longo da Era Vargas a prática de subsidiar escolas urbanas foi mantida, recebendo em contrapartida bolsas para alunos pobres nos externatos e na Escola Normal. Não obtivemos dados sobre a atuação posterior de tais docentes.

O único momento de “formação pedagógica” que ficou registrado pelo município na Era Vargas foi a Semana Pedagógica em 1933, promovida pelo Circuito de Pais e Mestres e Inspeção Escolar durante a gestão de Claudemiro Alves Ferreira. Ribeiro (2009) aponta participação no evento das professoras Olga Bernardes, Maria Elisa Carrijo, Orávia Artiaga, Judi Vasconcelos, Guaraciaba de Oliveira, Atala de Oliveira, Maria Coelho de Andrade, Maria de Paula, Cármem Pimentel e os professores Sebastião Branquinho, Modesto Romeiro e Odilon Moreira, além do inspetor Jerônimo Arantes, prefeito e Antônio Macedo Costa, o presidente do Círculo de Pais e Professores. Desses, cerca de dez permaneceram atuando em escolas municipais urbanas e rurais e o professor Odilon Moreira solicitou exoneração (ESCOLA, 1934, p. 1).

Ainda com relação às professoras das escolas rurais há pelo menos oito fotografias de professoras negras na CPJA, tais como: Auta de Oliveira, Cecília Teles e Deoclides Guimarães em poses individuais, com dedicatória, em cerimônia de formatura, ao lado de alunos ou professoras.

Com dados obtidos nos Relatórios da Contabilidade¹³ foi montada a Tabela 2, pelo critério de amostragem, indicando a situação salarial de algumas escolas.

¹² Ao conceder a entrevista à pesquisadora Ribeiro, a professora Dasy já contava mais de 80 anos e usou o termo mil réis apenas uma vez.

¹³ Os dados originais completos, dos quais foi retirada a amostragem que traz o nome de escolas, professores (as) efetivos e contratados e respectivos salários, estão disponíveis nos Relatórios da Contabilidade do ArPU.

Tabela 2 - Previsão salarial/Salários pagos a professores efetivos - 1937.

Escola	Salário previsto	Salário pago
Cruzeiro dos Peixotos e Pontal	3:600\$000	3:600\$000
São Francisco	1:920\$000	1:882\$700
Mata dos Dias	1:920\$000	1:856\$000
Buritys	1:920\$000	1:520\$000
Palmitos e Lageado	1:920\$000	960\$000

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir do documento Repartição de Contabilidade. 1935 - 1937. Série Relatórios do Executivo. ArPU.

Conforme as informações coletadas no ArPU, em 1937 o salário pago foi menor que o programado para os efetivos em algumas escolas: aos professores efetivos das escolas rurais era previsto um salário anual de 1.920\$000, mas em Pontal e Cruzeiro dos Peixotos supõe-se que havia dois professores efetivos, cada um recebendo 1:800\$000 e os valores previstos foram pagos de forma integral.

Já em outras escolas como Matta dos Dias, São Francisco, Lageado e Palmitos, o salário dos professores foi pago com valores diferenciados e inferior ao que o previsto, situação que se repetiu com outros profissionais. Os motivos de tal disparidade são um mistério, não se sabe se estaria ligado a fatores como desempenho do professor, aprovação escolar e frequência dos alunos ou se haveria influência política. Os dados sobre pagamento de todos os profissionais e "investimentos" estão disponíveis nos livros da contabilidade e, embora a princípio não haja nenhuma justificativa para as diferenças encontradas, talvez no arquivo haja outros documentos que expliquem tal fato, contudo não os localizamos.

Com relação ao investimento em material escolar, nesse ano foi gasto exatamente o que havia sido previsto, embora não se saiba exatamente “como” uma vez que não está discriminado no Relatório do Executivo. Pelos dados encontrados, a economia, ou “sobra”, de dinheiro foi obtida pelo corte nos recursos, especialmente os que haviam sido destinados à educação, revelado pelo rebaixamento salarial de algumas professoras e professores e menor investimento na infraestrutura. Com isso foi possível perceber a origem da “cifra fabulosa”, cuja “economia” relatada pelo prefeito teve enorme impacto nos salários dos professores.

É preciso considerar que desde fins do século XIX também fazia parte da verba destinada à educação o valor das subvenções a escolas urbanas particulares e o auxílio a alunos pobres. Nas últimas páginas do Relatório Contábil aparece o total anual de receitas e despesas detalhando que, para um orçamento de 1.341:788\$100 naquele ano, a verba aplicada na educação foi de 60:321\$000, o que perfaz 4,49%.

Como se vê, o montante do “investimento” era reduzido e dava a exata medida da precariedade que alguns professores ousaram expor ao demonstrar que a cidade estava longe de aplicar “nunca menos de 10%” no desenvolvimento dos sistemas educativos previstos no artigo Constituição Federal de 1934. (BRASIL, 1934, não paginado).

Além dos números obtidos nos relatórios do triênio 1935/1937, há nos registros dos livros-caixa o funcionamento da Prefeitura até novembro de 1945, nos quais a verba IV era destinada à educação pública. A contabilidade organizava os dados das escolas referentes ao período 1938 a 1940 por números, professores e salários pagos. Também informava investimentos em manutenção e material, embora não especificasse do que se tratava.

O salário variava, do menor para o maior, conforme a formação: professoras e professores adjuntos possuíam apenas a quarta série, ou o ensino primário completo; já os efetivos haviam completado o ginásio ou iniciado o ensino normal.

Embora a contabilidade do município em 1938 informasse pagamento a professores de 16 cadeiras rurais e em 1939, de acordo com Ribeiro (2009), a revista A Camponesa por meio da matéria “A Instrução em Uberlândia” informasse que o município esforçava-se por alfabetizar a população e com esse objetivo possuía 33 escolas rurais e dois grupos escolares urbanos, somente quatorze escolas rurais estavam relacionadas nos livros contábeis encontrados no ArPU.

A se considerar a movimentação escolar e a oscilação nas matrículas encontradas durante a pesquisa no ArPU foi possível também conferir no Livro Caixa da Prefeitura no ano seguinte, o registro dos pagamentos efetuados aos professores municipais rurais no mês de agosto/1939 somente para 14 escolas: Pontal (havia dois professores), Mata dos Dias, “Macheiros”, Cruzeiro dos Peixotos, Machados, Tenda, Sobradinho, Paraíso, Maribondos, Rocinha, Palmitos, Xapetuba, Morenos e Rio das Pedras.

Desde a fixação do valor do salário mínimo em 1940, em Uberlândia os professores sempre receberam valores menores do que o mínimo fixado para Minas Gerais, que em 1940 era de 240\$000 e em 1944 estava fixado em Cr\$270 cruzeiros.

Em agosto de 1940 o tipo de registro contábil já havia começado a se modificar e sabia-se que havia 32 professores efetivos (com salários que variavam de 140\$000 a 200\$000) e dez adjuntos/contratados (com salários que variavam de 60\$000 a 120\$000) conforme o Livro Caixa 33. (FUNDO, 1940, p.250).

Após 1943 os registros contábeis passaram a ser feitos de forma geral,¹⁴ e nesse ano a média salarial simples dos 25 professores efetivos era de Cr\$192,00 enquanto o maior salário foi pago ao inspetor escolar, o dobro do salário dos professores efetivos. A partir daí não se soube mais quantos eram e quem eram os professores; se contratados ou efetivos ou quanto recebiam individualmente. Também foi possível aferir que as despesas de manutenção das escolas permaneceram reduzidas.

A mudança na forma do registro contábil por meio da qual se suprimiram dados individuais transformou os professores rurais em sujeitos anônimos - posto que indiferenciados - sua condição profissional ficou reduzida à situação de rurais/urbanos e aos poucos se tornaram apenas mais um item nas estatísticas. Consideramos que ao impor pela contabilidade e pela estatística um caráter de impessoalidade ao corpo docente o governo instituía uma estratégia para diluir quaisquer anseios de protagonismo dos professores rurais em busca de melhores salários e de condições de trabalho.

Quanto às funções exercidas, o serviço de inspeção escolar informava que no ano de 1941 havia um grupo de 24 professores das escolas rurais, dos quais 20 eram mulheres e 4 homens, 1 professora particular, 5 escolas sem professor e 9 professoras em escolas urbanas sendo que há uma observação logo abaixo do nome da última professora da área urbana Doralice Natalina de Jesus onde se lê: “funcionando como servente.” (RELAÇÃO, 1941, não paginado). A função peculiar da professora Doralice não é menos surpreendente que a do professor Avelino Jorge do Nascimento que anos depois ainda era convocado a consertar as fechaduras e fazer outros reparos na Escola Municipal Machados pelo então Chefe do Serviço de Educação e Saúde, além de serem corresponsáveis pela frequência dos alunos. As tarefas atribuídas iam além da docência e é mais um indício da piora nas condições de trabalho.

¹⁴ Os dados completos estão disponíveis no Fundo Prefeitura Municipal. Série Contabilidade. Livro Caixa nº 28 a 38 depositados no Arquivo Público de Uberlândia.

Três anos depois os registros contábeis do município revelaram que nas 20 escolas municipais rurais atuavam 31 professoras a Cr\$3.000,00. Por esse montante, cada professor receberia individualmente Cr\$96,77. Naquele ano os livros contábeis indicavam que a diarista do hospital recebia 120\$000, o mesmo valor que as professoras da escola noturna; o dobro das professoras adjuntas e acima do que recebiam os professores e professoras efetivas rurais. (UBERLÂNDIA, 1944).

Os professores do sexo masculino atuaram durante toda a Era Vargas, mas em 1945 restaram somente quatro na docência rural. Alguns passaram a ocupar cargos administrativos ou de comando, corroborando o estudo de Rabelo e Martins (2010).

Mesmo que o conflito de dados seja comum no período uma vez que as escolas mudavam de nome ou interrompiam os trabalhos conforme a frequência, especialmente nas épocas de plantio e colheita, o que pode também explicar a oscilação entre o início e o fim do período, optamos por considerar esses dados.

Considerações finais

Fosse para manter o homem no campo, para “modernizar” a educação ou para obter os “votos de cabresto”, ao final dos anos 1920 e durante a Era Vargas houve modificações na legislação no que tange à educação rural e passou a existir maior controle sobre os municípios. No caso de Uberlândia a inspeção escolar organizou-se em relação à questão educacional, continuou aplicando regulamentos já existentes e procurou reduzir o analfabetismo.

Entretanto, no período correspondente à Era Vargas, dados encontrados entre 1930 e 1937 e após esse período permitiram-nos afirmar que o município continuou a investir valores ínfimos no ensino e não conseguiu cumprir a determinação da Constituição de 1934 de investir 10% da arrecadação no ensino rural. Assim as escolas rurais funcionaram precariamente em prédios de tábuas, sapê ou alvenaria semelhantes à “casa-escola” descrita por Brandão (1984) e por Faria Filho e Vidal (2000) e eram multisseriadas. Atendiam alunos entre 7 e 14 anos inclusive imigrantes italianos, sírios, libaneses e até crianças com traços compatíveis com japoneses durante os três anos de ensino primário.

Nesse espaço escolar rural predominavam as professoras leigas e em 1945 restaram somente quatro professores do sexo masculino nas cadeiras rurais. Suas responsabilidades incluíam desde o controle da frequência até a realização de reparos

nos prédios escolares. Todos sempre receberam valor inferior ao salário mínimo desde que esse foi instituído em 1940 e havia grande diferença salarial entre os efetivos e adjuntos durante toda a Era Vargas. Alguns utilizaram diversas táticas e fizeram frente às estratégias de dominação impostas pelas autoridades, mantendo-se por décadas na docência rural.

Referências

ASSIS, D. A. **Inventoras de trilhas: História e Memórias das professoras das escolas rurais do município de Uberlândia-MG (1950 a 1980)**. 2018. Dissertação (Mestrado em mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

AMORIM, Nayara C. R. **A integração dos imigrantes sírios e libaneses no cenário urbano brasileiro**. 2014. Disponível em: http://www.rniu.buap.mx/enc/pdf/xxxiii_m5_rosaamorim.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

AZEVEDO, Ederlinda P. de; GOMES, Nilcéa M. A instituição escolar na área rural em Minas Gerais: elementos para se pensar uma proposta de escola. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n. 11, p. 31-41, 1984.

BRANDÃO, Carlos. R. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papirus, 1984.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 jun. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FARIA FILHO, Luciano M de; VIDAL, Diana G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, Mai/Jun./Jul./Ago., 2000.

LIMA, Sandra C. F. de. **Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961**. 2004. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2004.

LIMA, Sandra C. F. de. História, memória e representações. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 3. p. 1-12, jan./dez. 2004a.

LIMA, Sandra C. F. de. As fotografias como fonte para a história das escolas rurais em Uberlândia (1933-1959). **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, v. 5, p. 55-69, 2006.

LOPES, Ana Amélia B de M. **Clientelismo e educação**: a influência de prefeitos mineiros no processo de reconstrução de escolas nos primeiros anos da década de trinta do século XX. Maio/2003. Disponível em:

[http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-
nome/eixo10/completos/clientelismo.pdf](http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-nome/eixo10/completos/clientelismo.pdf). Acesso em: 02 jun. 2020.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. *In*: FREITAS, Marcos. C. de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez e USP-IFAN, p. 101-140, 1997.

RABELO, Amanda O.; MARTINS, Antonio M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério. CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2010, Aveiro - Pt. **Anais**. Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176. Disponível em:

<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

RIBEIRO, Cristiane A. **Escola rural e alfabetização**: Uberlândia 1936 a 1946. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M.R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Felipe de O. **Do crisântemo ao ipê**: a presença japonesa e suas formas de mediação em Uberlândia. 2012. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SOUSA, Marcos P. **Educação, infância e família na imprensa uberlandense do Estado Novo (1937-1945)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

TANNÚS, Márcia C. **Memórias, história e representações das escolas rurais do município de Uberlândia-MG na Era Vargas (1930-1945)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central**: história da criação do município de Uberlândia. v. 1. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

VIANNA, Cláudia P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, v. 17/18, n. 2, p. 81-103. 2001.

VIÑAO FRAGO, A. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. *In*: WARDE, M. (org.). **Contemporaneidade e Educação**, ano V, n. 07, Rio de Janeiro: IEC, 2000, p. 93-110.

Fontes

- A PENA. **As escola rurais de Uberlândia**. Ano IV. N. 181. Não paginado. 08 dez.1934. CPJA. ArPU.
- ARANTES, J. Relação dos estabelecimentos de ensino que funcionam na cidade de Uberlândia. **Revista Uberlândia Ilustrada**, Uberlândia, n. 10, p. 31, 31 Jul. 1941.
- ARANTES, J. **Corografia do Município de Uberlândia**. Uberlândia: Pavan, 1938.
- ARANTES, J. **Correspondência enviada a Benoni Borges**. Não paginado. 28 mar. 1935. CPJA. ArPU.
- AS ESCOLAS rurais. **Jornal de Uberlândia**, Uberlândia, não paginado, 11 ago. 1935. CPJA. ArPU.
- CARTA do professor Sebastião Branquinho de Andrade ao prefeito Vasco Giffoni. Set. 1935. CPJA. ArPU.
- CARTA do fazendeiro Antonio Basilio Nunes ao prefeito Vasco Giffoni. 12 ago. 1936. CPJA. ArPU.
- DECLARAÇÃO. 19 fev.1937. CPJA. ArPU.
- FUNDO Prefeitura Municipal. Série Contabilidade. Livro Caixa nº 28 a 38. 1937/1945. ArPU.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico Brasileiro anos 1939/1940**. 1940. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf. Acesso em: 12 nov. 2016.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil, Censo Demográfico: Estado de Minas Gerais, Série Regional, Parte XIII, Minas Gerais, Tomo 2,1940**. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p13_t2_mg.pdf. Acesso em: 12 nov. 2016.
- INSPETORIA Escolar da Prefeitura Municipal de Uberlândia. 15 jan. 1935. CPJA. ArPU.
- RELAÇÃO das escolas e professores municipais rurais e urbanos. 1941. Não paginado. CPJA. ArPU.
- RELATÓRIO da Repartição de Contabilidade. 1935 - 1937. Série Relatórios do Executivo. Prefeitura Municipal de Uberlândia. ArPU.
- UBERABINHA. **Lei nº 278, de 7 de março de 1923**. ArPU.

UBERLÂNDIA. UBERLÂNDIA. **Livro Caixa 36**. p.26. Série Contabilidade. Subsérie Livro Caixa. 1943. ArPU.

UBERLÂNDIA. **Livro Caixa 31**. Série Contabilidade. Subsérie Livro Caixa. ArPU.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizada em 26 fev. 1938**. Uberlândia, 1937-1960. Livro 97, p. 5. APU. Atas das Reuniões Escolares.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizada em 11 nov. 1940**. Uberlândia, 1940. Livro 97, p. 8-9. APU. Atas das Reuniões Escolares.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizado em 26 mar. 1941**. Uberlândia, 1930-1959, Livro 94, p. 30. APU. Atas das Reuniões Escolares.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizado em 27 mar. 1941**. Uberlândia, 1941. Livro 97, p. 09. APU. Atas das Reuniões Escolares.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Ata do termo de visita realizado em 29 jul. 1941**. Uberlândia, 1930-1959, Livro 94, p. 31. APU. Atas das Reuniões Escolares.

Enviado em: 31/07/2020.

Aceito em: 03/12/2020.

Publicado em: 13/12/2020.